

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.360 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2001

Jader reassume e comunica que vai renunciar à Presidência do Senado

Segundo o senador, iniciativa é pessoal e colabora para solucionar o impasse político criado a partir de sua eleição. “Com minha decisão, demonstro apreço e respeito pelo Senado Federal”, afirma



Jader anuncia iniciativa de renunciar à Presidência: “Tenho deveres para com a instituição”

O senador Jader Barbalho retornou ontem à Presidência do Senado e anunciou ter decidido renunciar ao cargo até terça-feira. Ele explicou que a iniciativa é pessoal, destinada a ajudar na solução do impasse político

criado a partir de sua eleição e da descoberta da violação do painel eletrônico a mando dos ex-senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Jader descartou a hipótese de renunciar ao mandato parlamentar.

PÁGINA 3

Congresso criará comissão para atualizar normas de combate ao terrorismo

PÁGINA 8

Juvêncio da Fonseca é o novo presidente do Conselho de Ética

Eleito ontem com 13 votos a favor, 2 brancos e 1 nulo, senador por Mato Grosso do Sul diz que a função deve ser exercida sem vinculação com convicções partidárias

PÁGINA 2

Juvêncio assume afirmando que agirá “como presidente do conselho e não como membro do PMDB”



Martus Tavares foi questionado pelos integrantes da Comissão Mista sobre a rigidez orçamentária do governo

Martus diz que Orçamento não comporta todas as demandas da sociedade

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, o ministro Martus Tavares pediu que os parlamentares não se rendam “às tentações populistas”. Segundo ele, não cabem no Orçamento todas as demandas da sociedade, ainda que legítimas.

PÁGINA 5

Juvêncio é o novo presidente do Conselho de Ética

Eleito por 13 votos, contra 2 brancos e 1 nulo, senador disse que sua atuação será desvinculada de convicções partidárias, e que agirá como presidente do conselho e não como membro do PMDB

Com 13 votos favoráveis, 2 brancos e 1 nulo, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) foi eleito ontem o novo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O titular, senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM), que havia se licenciado para tratar da saúde, renunciou à função na semana passada. O cargo estava sendo exercido interinamente pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Juvêncio é o segundo senador sul-mato-grossense a assumir a presidência do colegiado, pois o atual ministro da Integração Nacional, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidiu o órgão no biênio 1999/2000. Geraldo Althoff continuará exercendo a vice-presidência do conselho, que é composto por 15 membros e tem a in-

cumbência regimental de analisar denúncias contra senadores que, no desempenho da função, tenham agido de forma incompatível com a ética e o decoro exigidos pelo cargo.

O novo presidente do Conselho de Ética afirmou, logo após o anúncio do resultado da apuração, que sua eleição representava um instante significativo de sua vida e também para o órgão, que, segundo destacou, tem a missão de fortalecer a crença do povo brasileiro no Senado e na defesa da legalidade e da moral.

— A função que assumo deve ser exercida desvinculada de convicções partidárias e assim agirei, como presidente do conselho e não como membro do PMDB, respeitando a Constituição, o Regi-

mento Interno e as demais leis que regem nosso país. Eu tenho apreço pela aplicação da lei porque acredito que fora da lei não existe salvação. A legislação será minha bíblia e diretriz — afirmou.

Com essa declaração, Juvêncio refutou especulações feitas pela imprensa de que a escolha de seu nome estaria relacionada com uma tentativa do PMDB de tentar atrasar o andamento do relatório em análise pelo conselho que recomenda a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o presidente do Senado, Jader Barbalho (PA), que é do mesmo partido de Juvêncio.



Juvêncio da Fonseca (C) afirmou que o conselho tem a missão de fortalecer a crença do povo brasileiro no Senado e na defesa da legalidade

CNBB e Frente Parlamentar pelo Adolescente são contra propostas de redução da idade penal

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Raymundo Damasceno, e a deputada Rita Camata, uma das coordenadoras da Frente Parlamentar pela Criança e o Adolescente, recebidos ontem pelo então presidente interino do Senado, Edison Lobão, defenderam a rejeição das propostas prevendo o rebaixamento da idade penal mínima que estão tramitando no Congresso Nacional.

— O mais correto é dar ênfase às políticas preventivas, à educação, criar condições para que o adolescente possa se desenvolver e assumir um papel na sociedade, em vez de colocar o menor infrator em nossas prisões superlotadas, que nem sempre contribuem para a sua renovação; pelo contrário, tornam as pessoas mais violentas e agressivas — disse dom Damasceno.

Segundo Rita Camata, o apoio da

CNBB é considerado valioso pelos parlamentares integrantes da frente. A deputada ressaltou que os argumentos utilizados em favor do rebaixamento da idade penal não levam em consideração as estatísticas, as quais demonstram que crianças e jovens são mais vítimas do que agentes da violência.

Depois da audiência, dom Damasceno revelou que Edison Lobão ficou sensibilizado com os argumentos apresentados, tendo aconselhado que o assunto seja tratado posteriormente com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Consti-



Dom Raymundo Damasceno foi recebido pelo então presidente interino, Edison Lobão

tuição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tramitam as propostas de rebaixamento da idade penal.

Dom Damasceno informou também que Lobão fez um rápido relato das conversas entre as lideranças políticas e o presidente Fernando Henrique Cardoso, a respeito da situação mundial e suas repercussões para o Brasil.

Relatório sobre Jader deve ser votado na quinta-feira

A primeira decisão do novo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca, foi marcar, em conjunto com os integrantes do colegiado, reunião para a próxima quinta-feira, às 9h, destinada à discussão e votação do relatório dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) que recomendam a abertura de processo contra o presidente do Senado, Jader Barbalho, por quebra de decoro parlamentar. Na ocasião, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) deverá apresentar voto em separado, contrário à abertura de processo contra Jader.

Juvêncio também agendou uma reunião prévia do conselho, essa de caráter administrativo, para as 17h de terça-feira. Ele explicou que esse primeiro encontro servirá para organizar os processos em tramitação no conselho e para discutir

os procedimentos que serão adotados na reunião de quinta.

Questionado sobre o porquê de a reunião para avaliar o caso Jader não ser marcada para data anterior, Juvêncio explicou, em entrevista, que estava agindo de acordo com o Regimento Interno da Casa, que estabelece um prazo de cinco dias úteis para que os senadores que pediram vista do relatório estudem o documento. Ele descartou qualquer possibilidade de manobra ou parcialidade no julgamento do processo.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2001

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mazarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jader reassume a Presidência do Senado

Senador que estava licenciado desde 20 de julho comunica que renunciará ao cargo até a próxima terça-feira e continuará exercendo o mandato parlamentar. Ele acredita que irá colaborar para solução de impasse político

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) anunciou ontem, em entrevista coletiva, estar reassumindo a Presidência do Senado Federal, da qual estava licenciado desde o dia 20 de julho. Ao mesmo tempo, o senador comunicou que renunciará ao cargo até a próxima terça-feira (dia 18). Jader, no entanto, foi enfático ao declarar que não cogita renunciar ao mandato parlamentar.

O parlamentar pelo Pará deixou claro que a iniciativa de deixar a Presidência do Senado foi uma decisão pessoal. Ele acredita que isso irá colaborar para a solução do impasse político iniciado por suas divergências com o ex-senador e ex-presidente da Casa Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). As divergências culminaram com a renúncia de ACM, como desdobramento do caso da violação do painel eletrônico do Plenário, e com a eleição de Jader para presidente do Senado.

Jader Barbalho informou ter determinado ao presidente de seu partido, deputado Michel Temer (SP), que negocie politicamente a eleição do novo presidente do Senado junto com os presidentes

e líderes dos partidos que compõem a maioria da base do governo (PMDB, PSDB, PFL e PPB).

A reunião entre os dois ocorreu na tarde de ontem no Palácio do Planalto, tendo como avalista do acordo o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. O presidente do Senado afirmou que não apontou e nem apontará nomes para substituí-lo, sendo a escolha de inteira responsabilidade do PMDB.

Jader Barbalho disse que não tomará nenhuma medida especial até a renúncia. Segundo ele, apenas aguardará o desfecho das negociações em torno do seu sucessor, cuja eleição ocorrerá cinco dias após sua saída do cargo.

Em relação ao relatório apresentado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), sobre o caso Banpará, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Jader afirmou ser esta "uma questão menor". O presidente do Senado afirmou que tratará do assunto, como senador, no momento oportuno. Ele também garantiu que não assinará o requerimento de abertura da CPI da Corrupção.



Jader afirmou, em entrevista coletiva, que iniciativa de deixar Presidência do Senado foi decisão pessoal

Lobão diz que PFL não entrará na disputa

O vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), afirmou na tarde de ontem que o PFL não entrará na disputa pela Presidência da Casa. Ele acrescentou que o seu partido aceitará o candidato que for indicado pelo PMDB após a renúncia de Jader Barbalho (PMDB-PA), prometida para a próxima semana. "Nós respeitamos a proporcionalidade, portanto, no nosso ponto de vista, o PMDB, por ter a maior bancada, tem o direito de escolher o novo candidato a presidente", afirmou Lobão depois da entrevista coletiva em que Jader reassumiu a Presidência e anunciou a renúncia.

Edison Lobão revelou que a de-

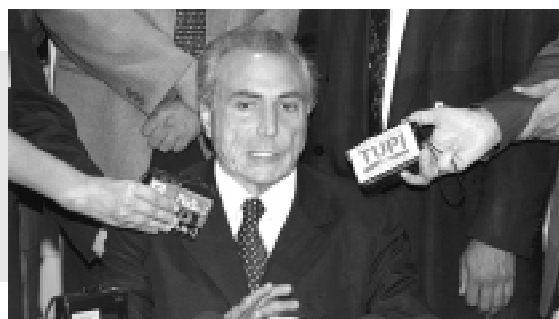


Edison Lobão: decisão de Jader de reassumir o cargo surpreendeu o PFL

cisão tomada por Jader de reassumir ontem a Presidência do Senado foi uma surpresa para o PFL.

Após entregar o cargo, ele conversou com o presidente do seu partido, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), e com o líder Hugo Napoleão (PFL-PI) e ambos informaram que também não souberam antecipadamente da volta do presidente licenciado.

Desde o dia 20 de julho, Edison Lobão estava ocupando interinamente a Presidência do Senado, após a apresentação do pedido de licença de Jader Barbalho. Ele poderá voltar à interinidade se confirmada a renúncia do senador paraense, o que deve acontecer no início da semana. Ocorrendo isso, Lobão terá um prazo de cinco dias para convocar eleição para a Presidência da Casa.



Temer julgou necessário o aval de Fernando Henrique para que PMDB mantenha cargo

Temer: PMDB indicará logo o novo presidente

O presidente do PMDB, deputado Michel Temer, disse ontem que o novo presidente do Senado será indicado pela bancada do partido logo após a realização do discurso com que o senador Jader Barbalho renunciará ao cargo, previsto para o início da próxima semana. Temer comentou que julgou necessário ter o aval do presidente da República para garantir que o cargo permanece com o PMDB, e que foi este o motivo da reunião com Fernando Henrique Cardoso, da qual participou ao lado dos presidentes do PSDB, PFL e PPB, desmentindo taxativamente qualquer acordo de preservação do manda-

to de Jader Barbalho.

— Houve uma movimentação nos últimos dias que gerou dúvida — disse Temer, referindo-se à disposição dos demais partidos de respeitar a tradição de proporcionalidade, que garante a Presidência do Senado para o PMDB. "Sem uma negociação consolidada, poderia haver problemas na hora da eleição", lembrou.

Quanto ao mandato de Jader como senador, o deputado asseverou que "não se tocou nesse assunto" com o presidente Fernando Henrique. Ele disse também que "o PMDB não vai abandonar Jader enquanto não houver prova concreta contra ele".

Restrição a MPs e terror nos EUA, os destaques da semana

Entre manifestações de solidariedade contra os atentados terroristas cometidos nos Estados Unidos, o Congresso promulgou no dia 11 de setembro (terça-feira) a mais importante emenda constitucional elaborada pelo Legislativo desde a Assembléia Nacional Constituinte.

Sob o número 32, essa emenda foi aprovada para restringir o poder presidencial de editar medidas provisórias (MPs). Com essa emenda em vigor, as MPs deixam de ser indefinidamente reeditadas ante um Parlamento que demorava a votá-las.

Desde terça-feira, elas valem

por um prazo máximo de 120 dias e, 45 dias depois de publicadas, se não forem decididas, trancam a pauta de votações, o que obrigará Câmara e Senado a votá-las rapidamente.

Essa nova disciplina para as MPs foi celebrada pelos presidentes do Congresso, Efraim Morais (PFL-PB), da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), e pelo interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), para quem essa iniciativa estabelece um novo patamar no mais importante alicerce da Constituição, que é "o exercício harmônico, independente e legítimo das atribuições constitucionais de ca-

da um dos Poderes".

A promulgação dessa emenda constitucional foi marcada pela aflição resultante dos ataques terroristas ao World Trade Center, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington. Na mesma tarde, o Senado aprovou dois requerimentos de solidariedade ao povo norte-americano, ao Congresso, às vítimas e às suas famílias.

Os requerimentos foram apresentados por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ademir Andrade (PSB-PA) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Lúcio Alcântara convocou "os democratas do mundo e os amantes da paz" a se unirem para encontrar saídas para o impasse. Já o senador Mozarildo Cavalcanti disse esperar que o momento sirva para reflexão e para que a paz no mundo se consolide.

Dívida da Zâmbia pode ser reescalada



Eduardo Suplicy: parecer favorável à operação tem base nos entendimentos do Clube de Paris, que reúne países credores. O relator da proposta, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), elaborou parecer favorável, salientando os problemas sociais por que passa o país.

O Senado autorizou a União a reescalonar créditos, no valor de US\$ 14,127 milhões, junto à República da Zâmbia. A operação tem base nos entendimentos do Clube de Paris, que reúne países credores. O relator da proposta, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), elaborou parecer favorável, salientando os problemas sociais por que passa o país.

— Zâmbia é um dos países mais pobres da África subsaariana, com renda *per capita* de US\$ 330, para uma população de 9,9 milhões de habitantes. Durante os anos 90, a expectativa de vida de seu povo caiu vertiginosamente.

Moreira ressalta congresso da Abav em Brasília



Moreira lembra que setor movimentou US\$ 21 bi ano passado

O 29º Congresso da Associação Brasileira das Agências de Viagens (Abav), aberto quarta-feira em Brasília e que se prolongará até amanhã, foi destacado ontem em Plenário pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele voltou a defender o fortalecimento do turismo e informou que o setor movimentou, no ano passado, cerca de US\$ 21 bilhões, gerando aproximadamente 6 milhões de empregos diretos e indiretos em todo o país.

Moreira Mendes, que participou da abertura do encontro na condição de presidente da Subcomissão do Turismo, informou que já nos primeiros debates ficou claro o desejo dos profissionais do setor de que o Congresso aprove, com urgência, projeto que prevê a inclusão dos agentes de viagens no Simples, conjunto de regras que concede tratamento específico, em matéria de pagamento de impostos, aos microempresários.

Senadores acompanham a recuperação do São Francisco

Proposta por Ornélas, comissão será formada por representantes de Alagoas, Bahia, DE, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe

Comissão especial do Senado acompanhará a implementação do projeto de conservação e revitalização da Bacia do Rio São Francisco. O colegiado, proposto pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), será composto por senadores representantes das unidades da Federação banhadas pela bacia — Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal.

O projeto prevê, de acordo com Ornélas, a despoluição das águas, conservação do solo, reflorestamento das margens, gestão ambiental e outras ações para o desenvolvimento econômico e social da região. O senador, entretanto, disse temer que o Orçamento da União não contemple recursos suficientes para o programa. “O Orçamento deste ano estima R\$ 70 milhões para o projeto, mas corremos o risco de chegar ao final do ano sem um centavo. As chuvas do fim do ano podem dar a falsa impressão de que a revitalização não é necessária”, afirmou.



Waldeck Ornélas teme que não haja recursos para o projeto de revitalização do São Francisco

Além disso, acrescentou, a proposta orçamentária para 2002 prevê apenas R\$ 15 milhões para o projeto.

USO CONFLITANTE

Em defesa da instalação da comissão especial, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) avaliou que muitos dos problemas do Rio São Francisco são provocados pelo uso conflitante de seus recursos naturais — geração de energia, consumo humano e agropecuári-

a. “O São Francisco está morrendo. Há uma cunha de salinidade (entrada de água do mar no leito do rio) de 20 quilômetros. A comissão tem que acompanhar esse debate, inclusive sob o ponto de vista orçamentário.”

Os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), Carlos Patrocínio (sem partido-TO) e Arlindo Porto (PTB-MG) também se manifestaram favoravelmente à proposta de discutir a revitalização do São Francisco. Quintanilha disse que o debate deve ser estendido a outros rios nacionais sob ameaça. “A questão da água é muito séria. Temos assistido ao descuido e desatenção com relação a esse recurso.”

Patrocínio relatou que estão sendo feitos estudos para a criação de instituto responsável pela proteção ao Rio Tocantins. Arlindo Porto disse esperar que a revitalização do chamado “rio da integração nacional” crie novas oportunidades de desenvolvimento econômico na região.

Aprovado requerimento de louvor à Universidade Federal de Sergipe

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de manifestação de louvor, apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), à Universidade Federal de Sergipe (UFS) pela realização do Fórum Pensar Sergipe e lançamento de publicação que reúne, em 544 páginas, as discussões do encontro. Segundo assinalou, o evento propiciou a reflexão sobre questões fundamentais no cenário sócio-econômico nacional e serve de exemplo a ser seguido na implementação de políticas públicas viáveis para o país.

Dentre os assuntos abordados, destacam-se os debates sobre geração de emprego e renda, políticas agrícola, industrial e energética, saúde, educação, ciência e tecnologia. Ao condensar em livro a discussão, a UFS põe em circulação, disse Valadares, relato amplo de experiências que ajudarão as esferas de poder local, regional e federal na formulação de políticas públicas.

Valadares cumprimentou o reitor José Fernandes de Lima pela iniciativa, dedicada à disseminação do debate de políticas públicas. Essa preocupação do meio acadêmico em se voltar para o exame da realidade nacional é vista como saudável pelo parlamentar, uma vez que contribui para superar a característica histórica do Brasil de improvisar em termos de políticas públicas, “preferindo seguir a intuição ou o predomínio das vontades a pesquisar com rigor a realidade”.

SÃO FRANCISCO

O senador também se queixou da tendência de questões regionais, incluídas no fórum da UFS, ocuparem plano secundário na análise sobre a realidade nacional. E citou como exemplo a agonia vivida pelo Rio São Francisco, cujos reservatórios das barragens, que geram energia elétrica desde 1952, sofrem gradativo processo de esvaziamento.

— No ano de seu quinto cente-



Antonio Carlos Valadares ressaltou realização, pela Universidade, do Fórum Pensar Sergipe

nário de descoberta, o Rio São Francisco pede socorro, fragilizado, sem força para irrigar e fertilizar as terras que banha nos estados nordestinos.

O senador disse estar convicto de que temas como Rio São Francisco exigem permanente reflexão, “para que as regiões brasileiras produzam a massa crítica necessária ao esforço de passar o Brasil a limpo”.

Cotistas de bancos de investimentos serão conhecidos

O Ministério da Fazenda terá de enviar ao Senado informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimento mais lucrativos dos bancos FonteCindam, Marka, Boavista e Pactual, durante 1997, 1998 e o primeiro semestre de 1999. Requerimento nesse sentido, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi aprovado ontem pelo Plenário. A ideia é avaliar o ganho das instituições com a desvalorização cambial de janeiro de 1999.

— Há indícios de vazamento de informações por parte de pessoas ligadas ao Banco Central beneficiando esses bancos — disse o senador.

Suplicy quer saber também os volumes mensais negociados e a porcentagem de lucro das instituições em relação aos recursos inicialmente aplicados, comparando os dados com os resultados de bancos de porte semelhante.

Plenário autoriza funcionamento de emissoras de rádio

O Plenário aprovou ontem atos autorizando a execução de serviços de radiodifusão comunitária para oito instituições. As emissoras funcionarão nos municípios de Pompéu, Ipanema e Carmo do Cajuru, em Minas Gerais; Santa Cruz do Monte Castelo, Uraí e São Jorge do Avaí, no Paraná; Afrânio, em Pernambuco; e Jaborá, em Santa Catarina.

Os senadores também aprovaram renovação da concessão para as emissoras em ondas médias Taubaté, de Pindamonhangaba (SP), e Progresso, de Ijuí (RS). Também foram aprovadas renovação e outorga de permissão.

Morte de pioneiro de Roraima recebe voto de pesar

Foi aprovado ontem pelo Plenário voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado e médico Francisco Elesbão Silva, um dos pioneiros no atendimento médico em Roraima. O requerimento é de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Elesbão tinha 79 anos e faleceu quarta-feira, devido a complicações decorrentes de diabetes.

O reconhecimento pelos serviços prestados ao estado na área de saúde levou o governo estadual a batizar o Pronto Socorro de Boa Vista com o nome do ex-deputado, ainda em vida.

Elesbão era casado havia 46 anos e tinha sete filhos. Foi professor na Escola Monteiro Lobato, que na época se chamava Escola Normal, e se elegeu deputado federal no final da década de 50. Após ser eleito, mudou-se para Brasília, onde exerceu o mandato por dois anos.



Carlos Bezerra faz apelo aos ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário

Bezerra quer mudar lei sobre assentamentos

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) solicitou aos ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, que revejam a legislação sobre os assentamentos rurais e criem condições para o desenvolvimento sustentado. O parlamentar destacou que os assentados de Guarantã do Norte (MT) estão enfrentando dificuldades para conseguir financiamento junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para desenvolver atividades agrícolas.

Carlos Bezerra disse que, segundo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a licença ambiental para empreendimentos e atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório sobre o assunto.

Ainda de acordo com o Conama, afirmou o senador, o órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não causa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento.

Segundo Carlos Bezerra, os assentados de Guarantã do Norte e de todo o Brasil querem que o Conama reveja essa legislação para possibilitar o desenvolvimento de suas atividades. O senador acrescentou que sem isso não há assentamento e programa de reforma agrária que vá para a frente.

O senador afirmou que os assentados de Guarantã do Norte, para conseguir liberação dos recursos do Pronaf, com finalidade de arar o solo, plantar e retirar a cobertura vegetal, precisam de licença ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Martus pede a parlamentares que não se rendam às "tentativas populistas"

Ministro do Planejamento diz a senadores e deputados que Orçamento da União para 2002 não comporta todas as demandas da sociedade, mesmo que sejam legítimas

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, pediu ontem, na Comissão Mista de Orçamento, que os parlamentares não se rendam às "tentativas populistas", para não macular a disciplina e o controle fiscal seguidos pelo governo na elaboração da proposta do Orçamento da União para 2002, que é de R\$ 308,3 bilhões.

Na opinião do ministro, nas discussões em torno da proposta do governo até o final do ano, deputados e senadores devem ter claro que não cabem no Orçamento todas as demandas da sociedade, ainda que legítimas. A reunião da Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), durou seis horas.

A disciplina fiscal, para Martus Tavares, é a única forma de assegurar a continuidade na prestação dos serviços públicos. De nada adianta criar despesas para as quais não haja receitas agora e ter de amargar depois a interrupção dos benefícios, disse ele.

Quando se discute o Orçamento da União, observou o ministro, o importante é deixar claro para a sociedade quem vai pagar a conta da despesa que está sendo criada. "O dinheiro não sai do bolso do presidente da República, do ministro da Fazenda, do ministro do Planejamento, ou de uma entidade abstrata chamada governo. Os recursos saem do bolso dos contribuintes e isso deve ficar muito claro", argumentou.

SALÁRIOS

Segundo Martus Tavares, a reivindicação dos funcionários públicos em greve, de um reajuste salarial linear da ordem de 75%, custaria ao setor público R\$ 50 bilhões. Para cobrir esse gasto seria necessário tributar mais para gerar receita equivalente ou promover um corte de despesas no mesmo valor. A sociedade, então, teria de dizer se está disposta a arcar com esse custo, pagando mais ou abrindo mão de serviços públicos.

O mesmo raciocínio foi utilizado pelo ministro para defender o congelamento da tabela progressiva do Imposto de Renda, que na prática significa um au-

mento da carga tributária. Corrigir essa tabela, como determinam vários projetos em tramitação no Congresso, afirmou Martus Tavares, geraria uma queda de receita da ordem de R\$ 4 bilhões. Se isso fosse feito, o benefício iria atingir 10 milhões de contribuintes do Imposto de Renda, mas o corte equivalente nas despesas prejudicaria os outros 159 milhões de brasileiros. Só os estados e municípios iriam perder R\$ 2 bilhões em transferências federais, argumentou.

O ministro disse ainda que o governo fez o que pôde para melhorar os salários do funcionalismo público em 2002, prevendo um reajuste linear de 3,5%, mais ajustes diferenciados para alguns setores, que vão até 35%. Isso vai custar ao Orçamento R\$ 3 bilhões. Só os 3,5% de reajuste custarão R\$ 1,4 bilhão, informou.

Vários parlamentares mostraram-se inconformados com a rigidez orçamentária do governo, entre eles, o relator-geral da proposta orçamentária na comissão, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), que apontou o Orçamento da União para 2002 como "o mais drasticamente limitado e o mais severamente arrojado". Ele disse que, se o atual governo tivesse seguido o exemplo de Mário Covas na administração de São Paulo, adotando desde o início um rigoroso controle fiscal, e não somente em 1999, como fez FHC, a situação de hoje seria mais flexível.



Martus Tavares, ao lado de Carlos Bezerra (centro), afirma que a disciplina fiscal é a única maneira de assegurar a continuidade na prestação dos serviços públicos

Congresso só pode mexer em 3% do Orçamento da União

O Congresso Nacional somente poderá mexer em apenas 3% dos recursos previstos no Orçamento da União para 2002, equivalentes a R\$ 9 bilhões, de uma receita total estimada em R\$ 308 bilhões. Essa estreita margem de manobra no Orçamento foi lembrada ontem pelo ministro Martus Tavares na reunião da Comissão Mista de Orçamento.

Essa proposta orçamentária, segundo o ministro do Planejamento, é a mais rígida e difícil desde 1995.

Martus explicou que as receitas da União previstas para 2002 estão comprometidas com um quadro extremamente rígido de despesas que não podem ser tocadas ou remanejadas. Entre essas despesas, destacam-se R\$ 47,2 bilhões para transferências constitu-

cionais; R\$ 69,2 bilhões de gastos com pessoal e encargos sociais; R\$ 83,8 bilhões com os benefícios da Previdência; R\$ 47,6 bilhões com as chamadas Outras Despesas Obrigatórias, incluindo-se aí a Emenda Constitucional nº 29, que garante recursos para o setor de saúde, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, o complemento da atualização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) — parte bancada pelo governo para cobrir a defasagem na correção monetária re-

ferente aos planos Collor e Verão; e R\$ 32,7 bilhões como Despesas Discricionárias (incluindo-se aí os Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público da União, Poder Executivo e reserva de contingência). Dentro desse último item — Despesas Discricionárias —, são flexíveis apenas os recursos destinados aos projetos (cerca de R\$ 9 bilhões).

A soma desses itens de despesa totaliza R\$ 280,5 bilhões, com apenas R\$ 9 bilhões para serem alocados pelos parlamentares. Como a receita estimada é de R\$ 308,3 bilhões, abatendo-se esses R\$ 280,5 bilhões, sobram R\$ 27,8 bilhões, valor este que, somado ao *float* (o resíduo da execução orçamentária), estimado em R\$ 1,4 bilhão, eleva a "sobra de recursos" entre receitas e despesas para R\$ 29,2 bilhões.

Como os gastos com juros não estão incluídos nessas despesas, os R\$ 29,2 bilhões são, por definição, o valor do superávit primário fiscal e da seguridade. Esses recursos destinam-se ao pagamento da dívida pública.

Como o governo terá de pagar R\$ 72,1 bilhões em juros nominais da dívida, e só dispõe de R\$ 29,2 bilhões, terá um déficit nominal (juros nominais menos o superávit primário) de R\$ 42,9 bilhões. Isso significa que a dívida pública, em 2002, deve crescer, no mínimo, em R\$ 42,9 bilhões.

Vários parlamentares mostraram-se inconformados com a rigidez orçamentária do governo federal

Santos relata participação em encontro da Unesco

Senador esteve na 46ª Conferência Internacional sobre Educação, realizada em Genebra, que analisou, entre outros temas, educação para cidadania, coesão social e diversidade cultural, étnica e social dos alunos

A Comissão de Educação (CE) pode exercer papel fundamental para assegurar uma educação de qualidade a todos os brasileiros, pautada na equidade, justiça e solidariedade humana, afirmou em discurso no Plenário, ontem, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Por ser



Santos: CE pode ter papel fundamental para assegurar educação de qualidade

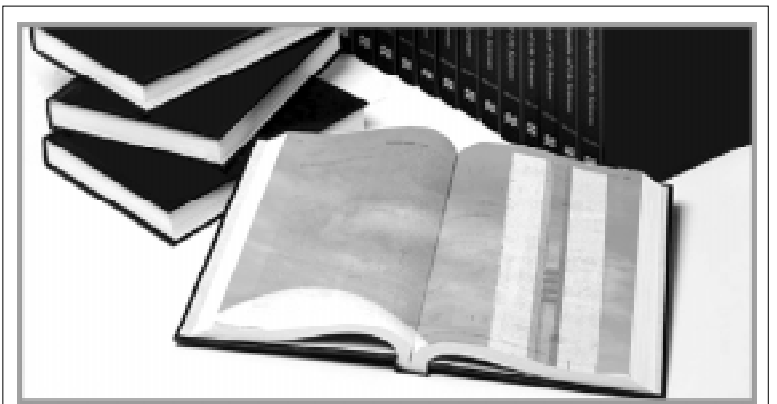
presidente da CE, o senador participou da 46ª Conferência Internacional sobre Educação, realizada em Genebra (Suíça), entre os dias 5 e 8 deste mês. O evento foi realizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

A conferência contou com representantes de quase 190 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e reafirmou compromissos básicos com o desenvolvimento da educação, assentados nos pilares de aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser. Durante a

conferência, segundo o senador, foram observados os progressos alcançados pela maioria dos países membros na busca da universalização da educação básica. Ricardo Santos destacou os avanços alcançados pelo Brasil, que chegou quase à universalização do ensino fundamental e a

uma expansão significativa do ensino médio e superior.

Foram destacados no encontro, contou Ricardo Santos, os temas educação para cidadania, coesão social, diversidade cultural, étnica e social dos alunos, além da ênfase no ensino de línguas estrangeiras, para melhor compreensão do mundo e maior facilidade de comunicação e eliminação do hiato entre os países que dominam tecnologia da informação e países pobres em informação. O senador destacou também as abordagens do Legislativo à questão, como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a aprovação da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).



Senado tem estande na Feira Pan-Amazônica do Livro

De hoje até o próximo dia 23, o Senado participa, em Belém (PA), da V Feira Pan-Amazônica do Livro, que, segundo os organizadores, é o maior evento literário da Região Norte e um dos maiores do país. O estande do Senado irá expor os últimos lançamentos do Conselho Editorial e livros sobre legislação em geral, além de fornecer informações sobre a instituição.

No domingo, às 11h, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), acompanhado do governador do estado, Almir Gabriel, lança no estande do Senado a versão em braile da Constituição do Estado do Pará, dedicada aos deficientes visuais. A obra será distribuída a representantes de associações de cegos do estado.

Uma atração nas participações do Senado em eventos literários é a Constituição federal atualizada, vendida por apenas R\$ 7. O exemplar oferecido na Feira Pan-Amazônica

inclui a Emenda 31, que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Nos dias do evento, também será distribuído gratuitamente o livro *Dados Biográficos dos Senadores do Pará*, com informações e bibliografia completa de todos os senadores que o estado já elegeu.

Além de pessoas em busca de publicações, o estande costuma receber interessados em assistir à TV Senado e navegar pelas páginas do Senado na Internet. A assinatura do *Jornal do Senado* pode ser feita gratuitamente. Para as crianças, o Senado oferece a revista *Jovem Cidadão*, com jogos e textos que introduzem noções de cidadania.

A participação do Senado na feira do livro, patrocinada pela Primeira Secretária, tem a coordenação do diretor da Secretaria de Informação e Documentação, Paulo Lustosa.

Emilia elogia iniciativa de reunião com grevistas

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) destacou ontem, em nome do Bloco Oposição, a iniciativa do senador Ricardo Santos de se reunir com representantes dos grevistas das 52 instituições federais de ensino superior, encontro ocorrido na quarta-feira. Na reunião, o presidente da Comissão de Educação comprometeu-se a buscar entendimentos para que os professores sejam ouvidos pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Emilia dirigiu um apelo ao ministro para que receba os grevistas.

— Quero salientar que esta Casa está empenhada em assegurar a qualidade do serviço público e do ensino superior à população e fazer um apelo para que o ministro da Educação aceite sentar-se à mesa de negociação com os trabalhadores da educação, para discutir uma pauta que já foi protocolada há dois

anos naquele ministério — afirmou.

A senadora lamentou que Paulo Renato ainda não tenha recebido os representantes de uma greve que atinge 100% da categoria e deplorou o descaso com que o governo tem tratado esses servidores. Na Europa, comparou, o tratamento que os funcionários públicos têm recebido, em face das transformações introduzidas pela globalização, é bem diferente. Os países desenvolvidos, disse a senadora, valorizam o funcionalismo, pois seu trabalho é indispensável ao processo de globalização e essencial para a reorganização estrutural e a transição social, cultural e econômica que



Emilia Fernandes lamenta atitude do governo em relação aos servidores

ele implica.

O Brasil, afirmou Emilia, parece desconhecer as recomendações internacionais, inclusive da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre essa categoria de trabalhadores.

— A subordinação de nossa política econômica às decisões do FMI tem desdenhado

a classe, a ponto de, após sete anos sem aumento, o governo se decidir por um reajuste linear de 3,5%, contra uma inflação acumulada no período de cerca de 75% — lamentou.

Para Emilia Fernandes, foi o desrespeito do governo com o ensino universitário que resultou na greve que atinge as principais instituições federais de ensino superior.

ILB começa a transmitir novos cursos a distância

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) vai transmitir diariamente a partir de hoje, das 8h às 20h, novos cursos a distância em seu canal educativo, canal 46. Os cursos terão tutoria e avaliação. Os funcionários do Senado interessados poderão fazer suas matrículas pelo *site* www.ilb.senado.gov.br.

Entre os cursos oferecidos pelo ILB constam os de gerenciamento, *marketing*, finanças, informática, administração, logística, liderança, trabalho em equipe e motivação. A

programação foi resultado de parceria entre o Senado Federal e a Dicom, única empresa do país a oferecer conteúdo direcionado à área corporativa e institucional, via satélite, com avaliação e tutoria via Internet.

Estarão disponíveis no ILB os canais Autodesenvolvimento, Gestão e Estratégia. O primeiro tem conteúdo dirigido para a capacitação em comunicações, negociações e relações interpessoais, administração do tempo e melhoria na quali-

dade de vida. O canal Gestão é voltado para o gerenciamento da empresa ou instituição e o canal Estratégia apresenta entrevistas e debates sobre novos modelos de gestão e desenvolvimento.

A equipe do ILB fará uma seleção desses cursos e em breve eles integrarão uma grade mais ampla, englobando orçamento público, processo legislativo, princípios constitucionais, Lei de Responsabilidade Fiscal, doutrinas políticas e obtenção de recursos na área federal.

Organizadores esperam receber 250 mil pessoas em dez dias

A V Feira Pan-Amazônica do Livro é, segundo os organizadores, o maior evento literário da Região Norte e o quarto maior do país. Organizada no Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves, no Hall Ismael Nery, a Feira Pan-Amazônica ocupa uma área de 2,5 mil m² e, em dez dias, deve receber mais de 250 mil pessoas, entre elas 20 mil estudantes.

Em 2000 o volume de negócios foi de R\$ 3 milhões, e os organizadores esperam superar esse valor agora. Em 2001, a feira oferece espaços cenográficos projetados pelo arquiteto Charles Serruya: o Café das Letras, onde haverá encontros com escritores, e a Estação das Letras, destinada às crianças.

Os escritores Nélide Piñon, Milton Hatoum, Thiago de Mello, Má-

rio Prata, Ana Maria Machado, o cartunista Jaguar e o jornalista Marcelo Leite são nomes já confirmados para participar da Feira Pan-Amazônica, assim como o jornalista e escritor paraense Haroldo Maranhão, patrono do evento. De Portugal, país convidado, virá a escritora Clara Pinto Correia, que estará no Encontro Portugal e Brasil no Universo Lusófono.

Na programação artística, destacam-se os espetáculos de música, teatro e dança de artistas e grupos paraenses, da Guiana Francesa e da Venezuela. Nos dias da feira, serão realizados ainda o ciclo de debates "A Amazônia em Pauta", a 18ª Reunião Brasileira de Imprensa Oficiais, o Seminário de Literatura Brasileira e a V Mostra Pan-Amazônica de Cinema.

Patrocínio alerta para aumento dos casos de Aids no Brasil

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) alertou ontem para o perigo de se considerar a Aids como mal crônico, perfeitamente controlável com os coquetéis de medicamentos, o que levaria a um afrouxamento da prevenção da doença. Patrocínio citou dados do Boletim Epidemiológico, divulgado pelo ministro da Saúde, José Serra, sobre o aumento, em 3,3%, do número de casos de Aids noti-



Para Carlos Patrocínio, Aids não pode ser vista como doença crônica

ficados no Brasil entre dezembro e março últimos.

Na maior parte, informou o senador, as contaminações ocorreram por via sexual e quase metade entre heterossexuais. Citando o ministro da Saúde, Patrocínio disse que a sociedade deve ser alertada, "porque prevalece o folclore de que a Aids é doença ligada a homossexuais e usuários de drogas".

Arlindo Porto quer discutir financiamento habitacional

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) afirmou estar aguardando o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Emílio Carazzai, para comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater o financiamento de imóveis no país. Carazzai virá a requerimento de Arlindo e do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da comissão. O objetivo do convite, explicou, é que Carazzai esclareça por que foi suspenso o financiamento habitacional para a classe média.



Arlindo Porto aguarda vinda à CAE do presidente da Caixa

— Essas questões não estão claras para a população — avaliou Arlindo Porto. Ele citou dados do Sindicato das Indústrias de Construção Civil (Sinduscom) segundo os quais há um déficit habitacional de 5,4 milhões de unidades no país, o que corresponde a 23 milhões de pessoas sem teto ou vivendo em sub-habitacões. Dessas, 80% recebem até cinco salários-mínimos. Lembrando que o setor gera emprego e distribui renda, o senador destacou que "residência digna é uma questão social".

Lindberg cobra incentivos para pequenas empresas

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) conclamou o Congresso a colocar em sua agenda incentivos à pequena e microempresa, em especial no campo creditício, tributário, administrativo e de capacitação empresarial e tecnológica. O setor, disse, é responsável pela sobrevivência de 60 milhões de brasileiros. "Devemos lutar por uma política de crédito e financiamento que lhes dê condições de fortalecimento e expansão", ressaltou.

Ele afirmou que as estatísticas registram um montante de créditos em torno de R\$ 250 bilhões, distribuídos entre os setores pú-



Setor beneficia 60 milhões de brasileiros, segundo Lindberg Cury

blico e privado. O valor representa cerca de 26% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. No entanto, observou, mesmo países em desenvolvimento como a Indonésia têm oferta de crédito equivalente a 51% do seu PIB.

Para Lindberg, há espaço para política menos contracionista de crédito que "possa ser favorável ao surgimento e fortalecimento das micro e pequenas empresas no país. "A tecnologia como braço metálico da globalização de capitais faz da grande empresa uma fábrica de desempregados. Cabe à pequena o resgate do sonho de reconstruir", afirmou.

Álvaro defende aprovação de mais poderes para CPIs

Segundo o senador, comissões parlamentares de inquérito estão encontrando dificuldades para quebra de sigilo de investigados

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o Congresso precisa aprovar, com rapidez, instrumentos legais assegurando mais poderes de investigação às comissões parlamentares de inquérito (CPIs), que estão encontrando dificuldades em quebrar sigilos fiscal e bancário e promover averiguações indispensáveis sobre conexões de atividades no



Álvaro Dias considera que as CPIs estão de "mãos atadas"

exterior de pessoas investigadas.

Referindo-se à experiência acumulada como presidente da CPI do Futebol, Álvaro Dias afirmou que um simples mandado de segurança leva o Supremo Tribunal Federal (STF) a conceder liminar contra a quebra de sigilo fiscal e bancário de suspeitos. "Quando o Pleno do tribunal revoga a liminar, muitas vezes a CPI já en-

cerrou seus trabalhos", argumentou.

Segundo Álvaro Dias, as CPIs enfrentam dificuldades para definir, com precisão, o que seja "obstrução dos trabalhos", ação que pode configurar quebra de decoro parlamentar. Em relação à investigações no exterior, as comissões estão "de mãos atadas", segundo ele. "Acredito que a solução seja a formação de uma força-tarefa do Legislativo com o Ministério Público, Poder Judiciário e Advocacia Geral da União", argumentou.

Mauro anuncia encontro do PMDB em Posse

Correligionários do PMDB estarão reunidos amanhã, em Posse (GO), para analisar os problemas da região nordeste de Goiás e propor soluções. O anúncio foi feito pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), para quem o atual governo goiano "nada fez em pouco mais de dois anos e meio de administração". O senador afirmou que o PMDB se prepara para, brevemente, assumir o governo estadual e adotar medidas de melhoria das condições de vida da população goiana.

Mauro Miranda ressaltou que, "embora o nordeste de Goiás te-

nhá deixado de ser sinônimo de atraso", alguns municípios ainda apresentam "indicativos alarmantes de pobreza", como alta taxa de desnutrição infantil e evasão escolar.

Ao lembrar que o PMDB esteve no comando do governo do Goiás por 16 anos consecutivos, Mauro Miranda listou ações do partido no estado, entre elas, a pavimentação de rodovias, abertura de estradas vicinais, execução de



Mauro Miranda: encontro discutirá problemas da região

programa de eletrificação rural e construção de pontes e da Hidrelétrica de São Domingos.

Mauro ressaltou o potencial turístico da região, devido à tradição das festas populares e à preservação das belezas naturais, como cavernas, cachoeiras e grutas. A fertilidade das terras na região, acrescentou, é fator importante para o fortalecimento da agricultura e pecuária.

Carlos Wilson homenageia Juscelino

Ao registrar os 99 anos de nascimento de Juscelino Kubitschek, ocorrido no dia 12, o senador Carlos Wilson (PTB-PE) lembrou que o ex-presidente da República foi



Carlos Wilson lembrou que ex-presidente faria 99 anos no dia 12

pioneiro na integração do Nordeste com as demais regiões do Brasil. Sua principal iniciativa nesse sentido, acrescentou, foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Ele destacou as dificuldades que Juscelino teve de superar para vencer resistências ao projeto, sobretudo por parte dos latifundiários.

— É irresistível comparar o comprometimento das assessorias econômicas, tanto de Getúlio

Vargas quanto de JK, com a ideologia do desenvolvimentismo e da redenção do Nordeste em bases permanentes e tecnicamente fundamentadas, com o pífio desempenho da atual equipe econômica, obcecada pela idéia fixa do saneamento das contas federais à custa do saneamento propriamente dito das moradias insalubres dos cidadãos nordestinos — disse Carlos Wilson.

O senador disse que, se Juscelino foi o pai da Sudene, Getúlio Vargas foi "o seu ancestral imediato" ao transformar, ainda nos anos 30, a Inspeção Federal de Obras contra as Secas, criada em 1909, no Departamento Nacional de Obras contra as Secas

(Dnocs).

Carlos Wilson lamentou que a visão de JK e de Celso Furtado — um dos principais colaboradores na criação da Sudene — tenha sofrido derrota com o inicial esvaziamento e a posterior extinção do órgão, ocorrida há poucos meses por meio de medida provisória editada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Extinto o órgão, continuam vivos os problemas, exatamente como compreendidos pela lucidez do saudoso presidente mineiro — comentou.

Na opinião do senador, o problema do Nordeste não pode ser resumido à falta de água, mas abrange a estrutura agrária, a subutilização das terras na zona úmida, a especialização excessiva da indústria do açúcar e a falta de projetos racionais de irrigação.

Senado e Câmara debatem legislação antiterror

Criação de comissão com esse objetivo ficou acertada durante encontro no Palácio do Planalto, entre o presidente da República e as lideranças no Congresso Nacional, em que foram debatidas as possíveis conseqüências dos ataques terroristas aos EUA

O Senado e a Câmara dos Deputados vão criar uma comissão conjunta para apresentar sugestões visando aprimorar a legislação sobre o combate ao terrorismo. A criação da comissão foi decidida durante a reunião com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para debater as possíveis conseqüências dos ataques terroristas aos Estados Unidos.

A idéia de se instituir a comissão, de acordo com o senador Tião Viana (PT-AC), partiu da argumentação do próprio presidente, ao afirmar que não há leis para respaldar ações preventivas contra o terrorismo no Brasil. O líder em exercício do Bloco Oposição no Senado relatou ter o deputa-

do Miro Teixeira (PDT-RJ) lembrado ao presidente que apresentou projeto de lei regulamentando 11 atividades para uma maior ação do aparelho de estado, no sentido de aumentar a vigilância. O projeto, aprovado na Câmara, foi arquivado no Senado.

De acordo com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), tanto o então presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), quanto o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB-MG), concordaram prontamente com a criação da comissão. A reunião, realizada no Palácio do Planalto no início da tarde de ontem, contou com a presença de todas as lideranças no Congresso Nacional.

Tanto Jucá quanto Viana disseram que a reunião revelou "uma grande maturidade política". O representante do Bloco Oposição destacou o "apelo à coesão entre os representantes públicos da sociedade", formulado pelo presidente da República.

Segundo Jucá, Fernando Henrique ressaltou a necessidade de se redesenhar "uma nova configuração dos povos", onde sejam levados em conta fatores como a solidariedade e o respeito à vida. Outro ponto importante, para o senador, foi a referência a histórica tolerância religiosa do povo brasileiro, cujo exemplo deverá ser citado no discurso de abertura a ser feito pelo Brasil na reunião da ONU, no próximo dia 24.

Requião propõe alíquota zero para importações no Mercosul

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu ontem ao governo brasileiro a adoção de alíquota zero para a importação de produtos dentre os países que fazem parte do Mercosul. Para ele, essa seria uma maneira de fortalecer o Mercosul e tirar da crise econômica países-membros do bloco, como a Argentina.

Somente dessa forma, no entendimento de Roberto Requião, o Mercosul poderia iniciar uma nova trajetória em busca de um mercado estável. Ele acha também que o Congresso Nacional deve debater com maior profundidade o Mercosul, bem como a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Roberto Requião, que é presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, disse que a alíquota zero incrementará o comércio entre os países do bloco — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Por isso, observou, é necessário que o Parlamento brasileiro abra um grande debate em torno do mercado comum, considerado por ele como um forte instrumento de união dos países latino-americanos.

Para o senador, esse debate já teve início naquela comissão, que voltará a debater o tema na próxima terça-feira, com a presença de vários empresários. Até o fi-

nal de setembro, a comissão, segundo informou o senador, deverá convidar o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para falar sobre o assunto aos parlamentares que integram o colegiado.

Na presidência da sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou a escolha de Roberto Requião para presidir a Comissão do Mercosul.

Em apartes, também participaram dos debates a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Fernando Bezerra (PTB-RN), Tião Viana (PT-AC), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e José Alencar (PMDB-MG).

Roberto Requião também pediu a transcrição nos Anais da Casa de artigo da escritora Rose Marie Murado publicado ontem no jornal *Correio Braziliense*, abordando o ataque terrorista contra os Estados Unidos. Para Requião, a escritora retratou os motivos do ataque e lembrou que não é possível ter paz global diante de tanta marginalização dos povos.



Requião é presidente da Comissão do Mercosul

Aprovada manifestação de apoio a iniciativas de paz



Para Simon, adoção de represália não ajuda a resolver o problema

Manifestação de apoio do Senado brasileiro a iniciativas que objetivem acordo de paz para a questão judaico-palestina foi aprovada ontem pelo Plenário, nos termos de requerimento de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Pedro Simon classificou de "triste coincidência" a aprovação deste requerimento, apresentado em 2000, no momento em que

os Estados Unidos planejam retaliar o ataque, que pode se voltar para o mundo árabe. Embora ache "natural" a busca dos culpados pelos norte-americanos, o senador gaúcho duvida que a adoção de represália ajude a resolver o problema. "O mundo tem que parar e refletir sobre as ações contra o terrorismo, mas partir para o bombardeio do Afeganistão pode estimular novas ondas de violência", advertiu.

Em vez dessa ação radical, Simon propõe que seja convocada reunião da ONU para formalizar um protesto mundial de repúdio ao terrorismo e, em seguida, traçar políticas destinadas ao alcance da paz, do respeito e da confraternização mútua entre os povos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que apresentou parecer favorável ao requerimento, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, alertou para os efeitos de uma reação futura dos Estados Unidos ao recente ataque terrorista.

— Apelo ao governo brasileiro no sentido de que abra um canal de negociação que possa resultar na paz entre os povos judeu e árabe — declarou Suplicy, conclamando o Congresso a concentrar energias na defesa de uma política baseada na justiça e na garantia de respeito aos povos.

Heloísa quer moção contra qualquer ato de vingança



Para Heloísa Helena, retaliação dificulta a paz mundial

Durante discussão sobre a questão judaico-palestina, na sessão de ontem, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) anunciou a apresentação de requerimento cobrando do Senado uma posição contrária a qualquer retaliação dos Estados Unidos contra outros povos. Apesar de se dizer "sensível" à dor das famílias norte-americanas vitimadas pelo recente atentado terrorista, Heloísa

acusou os Estados Unidos de praticarem atos terroristas contra várias nações. "A retaliação é muito difícil para a paz mundial", afirmou.

Além de Heloísa Helena, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Luiz Otávio (sem partido-PA) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiaram os requerimentos dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre o conflito no Oriente Médio. Para Alcântara, a escalada do terrorismo internacional tem como raiz o enfraquecimento de organismos multilaterais, como a ONU, "incapazes de negociar saídas diplomáticas para atenuar antagonismos que podem levar a resultados dolorosos".

Na opinião de Saturnino, a hora é de revitalizar a ONU e exigir dos países esforços conjuntos de combate ao terrorismo. Ao enquadrar os autores do atentado como "inimigos de guerra", os Estados Unidos, segundo Luiz Otávio, já teriam colocado o mundo em um "beco sem saída".

Já Casildo Maldaner defendeu a necessidade de uma resposta do governo norte-americano ao episódio ser negociada com intermediadores internacionais, de forma a evitar mais violência.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti, Romeu Tuma e Pedro Ubirajara